



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário**

**Área Judiciária**

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

**Da ação dos justos**

*Em recente entrevista na TV, uma conhecida e combativa juíza brasileira citou esta frase de Disraeli\*: “É preciso que os homens de bem tenham a audácia dos canalhas”. Para a juíza, o sentido da frase é atualíssimo: diz respeito à freqüente omissão das pessoas justas e honestas diante das manifestações de violência e de corrupção que se multiplicam em nossos dias e que, felizmente, têm chegado ao conhecimento público e vêm sendo investigadas e punidas. A frase propõe uma ética atuante, cujos valores se materializem em reação efetiva, em gestos de repúdio e medidas de combate à barbárie moral. Em outras palavras: que a desesperança e o silêncio não tomem conta daqueles que pautam sua vida por princípios de dignidade.*

*Como não concordar com a oportunidade da frase? Normalmente, a indignação se reduz a conversas privadas, a comentários pessoais, não indo além de um mero discurso ético. Se não transpõe o limite da queixa, a indignação é impotente, e seu efeito é nenhum; mas se ela se converte em gesto público, objetivamente dirigido contra a arrogância acanhada, alcança a dimensão da prática social e política, e gera conseqüências.*

*A frase lembra-nos que não costuma haver qualquer hesitação entre aqueles que se decidem pela desonestidade e pelo egoísmo. Seus atos revelam iniciativa e astúcia, facilitadas pela total ausência de compromisso com o interesse público. Realmente, a falta de escrúpulo aplaina o caminho de quem não confronta o justo e o injusto; por outro lado, muitas vezes faltam coragem e iniciativa aos homens que conhecem e mantêm viva a diferença entre um e outro. Pois que estes a deixem clara, e não abram mão de reagir contra quem a ignore.*

*A inação dos justos é tudo o que os contraventores e criminosos precisam para continuar operando. A cada vez que se propagam frases como “Os políticos são todos iguais”, “Brasileiro é assim mesmo” ou “Este país não tem jeito”, promove-se a resignação diante dos descabros. Quem vê a barbárie como uma fatalidade torna-se, ainda que não o queira, seu cúmplice silencioso.*

\* Benjamin Disraeli, escritor e político britânico do século XIX.

(Aristides Villamar)

1. A frase de Disraeli, tal como é entendida e desenvolvida no texto, reporta-se à necessidade de que
  - (A) os homens de bem e os canalhas se congracem na mesma audácia.
  - (B) a intempestividade dos homens honestos supere a dos desonestos.
  - (C) a ousadia dos bons cidadãos não fique atrás da dos patifes.
  - (D) o atrevimento dos desclassificados coíba o dos justos.
  - (E) os cidadãos honestos e os meliantes distingam entre o bem e o mal.

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. Às escandalosas práticas dos canalhas deve corresponder uma reação objetiva, que tenha envergadura social e peso político.
  - II. Os homens de virtude não confrontam o que é justo e o que é injusto porque sabem relativizar o valor do bem e o do mal.
  - III. Do quarto parágrafo depreende-se que certas frases do senso comum induzem à complacência com as ações mais nefastas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

  - (A) I e II, somente.
  - (B) I e III, somente.
  - (C) II e III, somente.
  - (D) III, somente.
  - (E) I, II e III.

3. Considerando-se o contexto, as expressões
  - (A) *freqüente omissão* e *ética atuante* referem-se a distintas condutas, atinentes aos homens de bem.
  - (B) *barbárie moral* e *princípios de dignidade* são análogas, e referem-se aos homens indignos.
  - (C) *inação dos justos* e *freqüente omissão* estabelecem entre si a oposição que se verifica entre os justos e os canalhas.
  - (D) *dimensão da prática social e política* e *a arrogância acanhada* representam, respectivamente, uma causa e seu efeito.
  - (E) *iniciativa e astúcia* e *cúmplice silencioso* referem-se aos contraventores e aos criminosos.

4. Quem propaga frases como as citadas entre aspas no último parágrafo parece admitir que
  - (A) a resignação é vencida por uma ética atuante.
  - (B) a cumplicidade silenciosa é o mal maior.
  - (C) o discurso ético é o primeiro passo para a moralização.
  - (D) não se deve abrir mão de uma reação ética.
  - (E) os descabros fazem parte da nossa natureza.

5. É exemplo de construção verbal na voz passiva:
  - (A) *Como não concordar com a oportunidade da frase?*
  - (B) *Se não transpõe o limite da queixa(...)*
  - (C) *(...) pautam sua vida por princípios de dignidade.*
  - (D) *(...) vêm sendo investigadas e punidas.*
  - (E) *(...) não indo além de um mero discurso ético.*

<p>6. Quanto às normas de concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Mais gente, assim como o fez a juíza brasileira, deveriam ponderar as sábias palavras que escolheu Disraeli para convocar a ação dos justos.</p> <p>(B) A muitas pessoas incomodam reconhecer que sua omissão diante da barbárie as torna cúmplices silenciosas dos contraventores e criminosos.</p> <p>(C) É comum calarmos diante dos descabimentos a que costumam dar destaque o noticiário da imprensa, e acabamos, assim, por consenti-los.</p> <p>(D) Quando não se opõem à ação do homem acanhalado, quando ocorre essa grave omissão, os homens justos deixam de fazer valer seu peso político.</p> <p>(E) Se tivessem havido firmes reações aos descabimentos dos canalhas, estes não desfrutariam, com sua falta de escrúpulo, de um caminho já aplinado.</p>	<p>10. Quanto à forma dos verbos e à correlação entre os tempos e os modos empregados, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Se não transpor o limite da queixa, a indignação será impotente e se reduziria a conversas privadas.</p> <p>(B) A inação dos justos será tudo o que os contraventores e criminosos sempre quiseram para ter seu caminho bem aplinado.</p> <p>(C) Caso não transpusesse o limite da queixa, a indignação seria impotente, reduzindo-se a conversas privadas.</p> <p>(D) Quem doravante ver a barbárie como uma fatalidade, saiba que, ainda que não o quisesse, estaria sendo seu cúmplice silencioso.</p> <p>(E) Caso seja visto como uma fatalidade, a barbárie teria como cúmplices silenciosos os que assim a considerariam.</p>
<p>7. Considerando-se o contexto do terceiro parágrafo, na frase <i>Pois que estes a deixem clara</i>, os pronomes <u>estes</u> e <u>a</u> estão se referindo, respectivamente, a:</p> <p>(A) <i>um e outro / a diferença.</i></p> <p>(B) <i>os homens / a diferença.</i></p> <p>(C) <i>desonestidade e egoísmo / iniciativa.</i></p> <p>(D) <i>os homens / iniciativa.</i></p> <p>(E) <i>o justo e o injusto / iniciativa.</i></p>	<p>11. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) A indignação de muita gente não transpõe na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso, que não leva à ação.</p> <p>(B) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.</p> <p>(C) A indignação, de muita gente, não transpõe na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e assim os valores éticos acomodam-se, no plano raso de um discurso, que não leva à ação.</p> <p>(D) A indignação de muita gente não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.</p> <p>(E) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos, acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.</p>
<p>8. Os segmentos destacados constituem, respectivamente, uma causa e sua consequência em:</p> <p>(A) <i>Para a juíza, / o sentido da frase é atualíssimo.</i></p> <p>(B) <i>Pois que estes a deixem clara / e não abram mão de reagir contra quem a ignore.</i></p> <p>(C) <i>Normalmente, a indignação se reduz / a conversas privadas (...)</i></p> <p>(D) <i>A frase lembra-nos / que não costuma haver qualquer hesitação (...)</i></p> <p>(E) <i>Quem vê a barbárie como uma fatalidade / torna-se (...) seu cúmplice silencioso.</i></p>	<p>12. Se há iniciativa e astúcia na ação do homem injusto, não <u>há iniciativa e astúcia</u> no bom cidadão que, apesar de indignado, <u>não confere à iniciativa e à astúcia</u> o mesmo valor que o mau <u>reconhece na iniciativa e na astúcia</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente,</p> <p>(A) há elas - não as confere - reconhece nelas.</p> <p>(B) as há - não lhes confere - nelas reconhece.</p> <p>(C) as há - não confere-lhes - as reconhece.</p> <p>(D) há as mesmas - não lhes confere - reconhece-lhes.</p> <p>(E) há estas - não as confere - nelas reconhece.</p>
<p>9. Está clara, correta e coerente a redação da frase:</p> <p>(A) Por considerar oportuna a frase de Disraeli, a combativa juíza citou-a, num programa de TV, referindo-se à desenvoltura com que agem os malfeitores.</p> <p>(B) É tamanha a desenvoltura que se investem os malfeitores, que a ousada juíza não hesitou de citar uma frase de Disraeli na TV a propósito desse tema tão atual.</p> <p>(C) Em vista de ser tão atual a propagação das ações de má fé, a destemida juíza entendeu por bem de citar na TV uma frase de Disraeli, em cuja percebe um vivo sentido.</p> <p>(D) Há frases, como a de Disraeli, que falam da atualidade desenvolta com cuja costumam agir os canalhas, por isso a valorosa juíza citou-a, com tal propósito, num programa de TV.</p> <p>(E) Os canalhas têm grande ousadia, segundo Disraeli, por isso a combativa juíza citou-a, num programa de TV, ao considerar na oportunidade o quanto a mesma é atual.</p>	

<p>13. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) A resignação diante dos descalabros é uma reação <u>de cujos</u> efeitos só trazem benefícios aos maus cidadãos.</p> <p>(B) A firme reação dos justos será uma surpresa <u>de que</u> os desonestos jamais estarão preparados.</p> <p>(C) A desonestidade e o egoísmo são defeitos <u>de cujos</u> nenhum contraventor se envergonha.</p> <p>(D) Os princípios de dignidades <u>aos quais</u> o homem honesto vê uma prioridade devem transformar-se em ação.</p> <p>(E) A inação dos justos é uma condição <u>com que</u> contam os desonestos para continuar operando.</p>	<p>17. Justificam-se <b>ambas</b> as ocorrências do sinal de crase em:</p> <p>(A) Na entrevista que concedeu à TV, a juíza recorreu à uma frase de Disraeli.</p> <p>(B) A frase à que se reportou a juíza diz respeito à distinções éticas.</p> <p>(C) Faltam audácia e iniciativa à quem deveria propor-se às ações afirmativas.</p> <p>(D) Não se abra àqueles inescrupulosos o campo favorável à impunidade.</p> <p>(E) A comunidade dos justos assiste à obrigação de dar combate à tal ousadia.</p>
<p>14. Que os homens de bem deixem sempre clara a diferença entre o que é justo e o que é injusto, e <u>não abram mão de reagir contra quem a ignore.</u></p> <p>Não haverá prejuízo para o sentido e a correção da frase acima caso se substitua o segmento sublinhado por:</p> <p>(A) não se disponham de combater quem a desconheça.</p> <p>(B) não renunciem de combater àquele que nela se omite.</p> <p>(C) não deixem de se opor a quem não a leve em conta.</p> <p>(D) não renunciem em combater quem lhe finge desconhecimento.</p> <p>(E) não se furtem em tripudiar sobre quem a menospreze.</p>	<p>18. Na frase <i>Quem vê a barbárie como uma fatalidade torna-se, ainda que não o queira, seu cúmplice silencioso</i>, o pronome sublinhado refere-se ao segmento</p> <p>(A) <i>quem vê a barbárie.</i></p> <p>(B) <i>como uma fatalidade.</i></p> <p>(C) <i>torna-se, ainda que.</i></p> <p>(D) <i>queira (...) cúmplice silencioso.</i></p> <p>(E) <i>torna-se (...) seu cúmplice silencioso.</i></p>
<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do <b>plural</b> para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) Se a cada um de nós efetivamente ..... (<b>perturbar</b>) os que agem mal, a impunidade seria impossível.</p> <p>(B) .....-se (<b>dever</b>) aos homens de ação o aperfeiçoamento estrutural de uma sociedade.</p> <p>(C) Nas palavras dos piores contraventores ..... (<b>costumar</b>) haver insolentes alusões à moralidade.</p> <p>(D) Aos bons cidadãos não ..... (<b>ocorrer</b>) que os maus contam com o silêncio da sociedade para seguirem sendo o que são.</p> <p>(E) Aqueles de quem não ..... (<b>advir</b>) qualquer reação contra os desonestos acabam estimulando a corrupção.</p>	<p>19. Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A corrupção só se extingue ou diminui quando os justos intervêm para que as boas causas prevaleçam.</p> <p>(B) Os homens que usufruem de vantagens a que não fazem jus cultivam a hipocrisia de propalar discursos moralizantes.</p> <p>(C) Contra tantos canalhas audazes há que haver a reação dos que têm a probidade como um valor inerente ao exercício da cidadania.</p> <p>(D) Há uma inextricável correlação entre a apatia dos bons cidadãos e a desenvoltura com que agem os foras-da-lei.</p> <p>(E) Depende-se que houve êxito das iniciativas dos homens de bem quando os prevaricadores sentiram cerceada sua área de atuação.</p>
<p>16. <i>Seus atos revelam iniciativa e astúcia, facilitadas pela total ausência de compromisso com o interesse público.</i></p> <p>Caso se queira reconstruir a frase acima, iniciando-a por <b>A total ausência de compromisso com o interesse público</b>, uma complementação correta e coerente poderia ser:</p> <p>(A) revela-se na iniciativa e na astúcia facilitadas por seus atos.</p> <p>(B) revelam-se como iniciativa e astúcia, cujos atos são facilitados.</p> <p>(C) facilita a iniciativa e a astúcia, que se revelam em seus atos.</p> <p>(D) tem seus atos facilitados, por revelarem iniciativa e astúcia.</p> <p>(E) facilitam os atos que tanto a iniciativa como a astúcia revelam.</p>	<p>20. Considerando-se o contexto, a palavra sublinhada em <i>Como não concordar com a <u>oportunidade</u> da frase?</i> tem sentido equivalente ao da expressão sublinhada em:</p> <p>(A) Sua colaboração chegou no <u>momento azado</u>.</p> <p>(B) Impressionou-o o <u>indômito oportunismo</u> com que agia seu adversário.</p> <p>(C) <u>Na eventualidade</u> de um ato ilegal, impõe-se uma sindicância.</p> <p>(D) Ela estranhou o <u>extemporâneo interesse</u> do amigo.</p> <p>(E) Eles sempre agiram <u>em conformidade</u> com a lei.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. A respeito do recurso e revisão no processo administrativo, é INCORRETO afirmar que

- (A) o processo administrativo do qual resultar sanção poderá ser revisto até dois anos do seu término, a pedido do interessado, quando surgirem fatos novos suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
- (B) o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (C) os cidadãos ou associações têm legitimidade para interpor recurso administrativo, quanto a direitos ou interesses difusos.
- (D) o recurso não será conhecido quando interposto perante órgão incompetente, mas ao recorrente será indicada a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- (E) se o recorrente alegar violação de enunciado em súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

22. De acordo com a classificação e enumeração dada pela Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário público

- (A) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (B) exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- (C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (D) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.
- (E) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

23. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.666/93, especialmente quanto à fase de habilitação, o registro ou inscrição do engenheiro no conselho regional de engenharia, diz respeito à sua

- (A) qualificação jurídica.
- (B) qualificação técnica.
- (C) regularidade fiscal.
- (D) habilitação econômica-financeira.
- (E) qualificação social.

24. Considere:

- I. Não só os administradores públicos como toda entidade que recebe dinheiro público ou administra dinheiro público deve prestar contas.
- II. A distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica, é característica própria da descentralização.
- III. As entidades da Administração Pública indireta podem ter personalidade jurídica de direito público ou privado, mas sempre devem ser criadas por lei.
- IV. O dever de probidade consiste na imposição a todo agente público de realizar suas atribuições com perfeição e rendimento funcional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

25. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, a Constituição Federal de 1988

- (A) acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado e da responsabilidade subjetiva do servidor, pois assegurou o direito de regresso contra o agente causador só nos casos de dolo.
- (B) acolheu a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado e da responsabilidade objetiva do funcionário público.
- (C) acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado e da responsabilidade subjetiva do servidor, pois assegurou o direito de regresso contra o agente causador nos casos de dolo ou culpa.
- (D) determina que para a responsabilidade por culpa do servidor é essencial a existência da culpa administrativa, mesmo que levíssima.
- (E) determina que as pessoas de Direito Privado que prestam serviços públicos não podem ser responsabilizadas por suas ações culposas ou dolosas.

26. Quanto aos direitos e vantagens do servidor público é correto que

- (A) as vantagens pecuniárias serão computadas ou acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, desde que sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (B) o vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
- (C) não será concedida ajuda de custo àquele que, sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.
- (D) nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor fará jus a diárias.
- (E) somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações permanentes, respeitado o limite máximo de 4 (quatro) horas por jornada.

<p>27. Considere:</p> <p>I. A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.</p> <p>II. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á, dentre outras hipóteses, quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.</p> <p>III. Os servidores ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.</p> <p>IV. O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.</p> <p>V. A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, sem ressarcimento de vantagens.</p> <p>Estão corretas APENAS as afirmativas</p> <p>(A) I, II e III.                  (B) I, IV e V.                  (C) I e V.                  (D) II, III e IV.                  (E) III e IV.</p>	<p>30. Lei que disponha sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios é de competência</p> <p>(A) dos Estados e do Distrito Federal, com iniciativa do Governador ou de qualquer membro da comissão do Legislativo estadual ou distrital.</p> <p>(B) da União, com iniciativa do Procurador-Geral da República.</p> <p>(C) dos Estados e do Distrito Federal, com iniciativa exclusiva dos respectivos Procuradores-Gerais de Justiça.</p> <p>(D) da União, com iniciativa privativa do Presidente da República.</p> <p>(E) dos Estados e do Distrito Federal, com iniciativa privativa do Governador.</p>
<p>28. Sobre o processo legislativo, considere:</p> <p>I. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.</p> <p>II. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito eleitoral.</p> <p>III. A Constituição pode ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.</p> <p>IV. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de no mínimo 2/3 dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.                  (B) I, II e III.                  (C) I, III e IV.                  (D) II, III e IV.                  (E) III e IV.</p>	<p>31. O Tribunal Superior do Trabalho é composto de</p> <p>(A) vinte um Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(B) vinte e cinco Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(C) vinte e cinco Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(D) vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(E) vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p>
<p>29. O ingresso na carreira da Magistratura, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exige do bacharel em direito, no mínimo,</p> <p>(A) 01 ano de atividade jurídica.                  (B) 02 anos de atividade jurídica.                  (C) 03 anos de atividade jurídica.                  (D) 04 anos de atividade jurídica.                  (E) 05 anos de atividade jurídica.</p>	<p>32. No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, nos termos preconizados pela Constituição Federal de 1988 é correto afirmar:</p> <p>(A) A organização sindical, legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 6 meses poderá impetrar mandado de segurança coletivo, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.</p> <p>(B) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.</p> <p>(C) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, se for salutar para a manutenção da segurança.</p> <p>(D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais, mas deverá suportar em qualquer hipótese o ônus da sucumbência.</p> <p>(E) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invoque para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p>

33. Analise as assertivas em relação à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.

- I. O Tribunal de Contas da União, integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- II. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- III. Dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- IV. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

34. No que concerne à ação declaratória de constitucionalidade pode-se afirmar que

- (A) a petição inicial deverá indicar necessariamente a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da demanda.
- (B) o Ministro de Estado é um dos legitimados à sua propositura.
- (C) indeferida a petição inicial pelo Relator caberá recurso de apelação ao Plenário do Supremo Tribunal Federal.
- (D) após o seu ajuizamento, a desistência pelo autor é permitida, mas está condicionada à concordância do Advogado-Geral da União.
- (E) o seu procedimento admite intervenção de terceiros.

35. Considere as assertivas a respeito da equiparação salarial.

- I. O quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta aprovado por ato administrativo da autoridade competente só é válido quando homologado pelo Ministério do Trabalho.
- II. Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.
- III. A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.
- IV. Para efeitos de equiparação, em qualquer hipótese, é imprescindível que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

36. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho o empregado

- (A) terá direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- (B) não terá direito a qualquer verba rescisória por ter contribuído para a rescisão de seu contrato de trabalho.
- (C) terá direito a 50% do valor do aviso prévio e a integralidade do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- (D) terá direito a integralidade do valor do aviso prévio e a 50% do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- (E) terá direito a integralidade do décimo terceiro salário e das férias proporcionais, apenas.

37. Com relação a estabilidade da empregada gestante é certo que

- (A) equipara-se a empregada gestante a mãe adotiva que possui garantia de emprego pelo prazo de três meses após a formalização da adoção.
- (B) a garantia de emprego à gestante autoriza a reintegração ao trabalho a qualquer momento, tratando-se de direito inerente à estabilidade existente.
- (C) é vedada, em regra, a dispensa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.
- (D) a norma coletiva não poderá estender a garantia de emprego à gestante por expressa vedação legal, tratando-se de norma constitucional que deverá ser respeitada.
- (E) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

<p>38. Maria trabalha na empresa Tato realizando serviço suplementar com habitualidade há 1 ano e quatro meses. Seu empregador pretende suprimir as horas extras prestadas por Maria. Neste caso,</p> <p>(A) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao valor de 2 meses das horas suprimidas.</p> <p>(B) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao valor de 1 mês das horas suprimidas.</p> <p>(C) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao último salário recebido.</p> <p>(D) não será assegurado a Maria qualquer valor a título de indenização, uma vez que a supressão de horas extras é benéfica ao trabalhador.</p> <p>(E) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente a 50% do último salário recebido.</p>	<p>41. Segundo entendimento sumulado do TST, a gratificação semestral</p> <p>(A) não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados, mas repercute, pelo seu duodécimo, na indenização por antiguidade e na gratificação natalina.</p> <p>(B) não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, exceto se indenizados, mas repercute, pelo seu duodécimo, na indenização por antiguidade e na gratificação natalina.</p> <p>(C) não repercute no cálculo das horas extras, das férias, do aviso prévio e na gratificação natalina, exceto se indenizados, bem como na indenização por antiguidade.</p> <p>(D) não repercute no cálculo das horas extras, das férias, do aviso prévio e na gratificação natalina, ainda que indenizados, bem como na indenização por antiguidade.</p> <p>(E) repercute no cálculo das horas extras, das férias, do aviso prévio e na gratificação natalina, ainda que indenizados, bem como na indenização por antiguidade.</p>
<p>39. As duas horas em que o empregado urbano sai mais cedo para procurar novo emprego durante o aviso prévio e o repouso semanal remunerado são hipóteses de</p> <p>(A) suspensão e interrupção do contrato de trabalho, respectivamente.</p> <p>(B) suspensão do contrato de trabalho.</p> <p>(C) interrupção e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.</p> <p>(D) interrupção do contrato de trabalho.</p> <p>(E) rescisão e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.</p>	<p>42. Considere as seguintes assertivas a respeito do direito de greve:</p> <p>I. A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 24 horas, da paralisação.</p> <p>II. As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas poderão impedir o acesso ao trabalho, mas não poderão causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.</p> <p>III. Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.</p> <p>IV. Na greve, em serviços essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 horas de paralisação.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>40. Com relação às Comissões de Conciliação Prévia, de acordo com a Lei nº 9.958/2000 é correto afirmar:</p> <p>(A) As Comissões de Conciliação Prévia instituídas no âmbito do sindicato terão sua constituição e normas de funcionamento definidas em lei ordinária específica para cada Comissão.</p> <p>(B) As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo improrrogável de 90 dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.</p> <p>(C) A Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.</p> <p>(D) Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de Empresa e Comissão Sindical, o interessado obrigatoriamente deverá submeter a sua demanda na Comissão Sindical.</p> <p>(E) Em regra, o termo de conciliação das Comissões de Conciliação Prévia não é título executivo extrajudicial, não possuindo eficácia liberatória geral, por expressa determinação legal.</p>	<p>43. Além do pagamento em dinheiro compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, as prestações <i>in natura</i> que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em regra, tem caráter salarial</p> <p>(A) a previdência privada.</p> <p>(B) o seguro de vida e acidentes pessoal.</p> <p>(C) o vale refeição fornecido por força do contrato.</p> <p>(D) a assistência médica prestada mediante seguro-saúde.</p> <p>(E) a assistência odontológica prestada diretamente.</p>

<p>44. Mário laborava há 5 anos na empresa Dida no período noturno, recebendo o respectivo adicional, quando foi transferido pelo seu empregador para o período diurno de trabalho. Neste caso a transferência para o período diurno de trabalho</p> <p>(A) não implicará na perda do direito ao adicional noturno, uma vez que tal adicional já se encontrava incorporado na remuneração do empregado.</p> <p>(B) implicará em redução de 20% do respectivo adicional noturno, acrescido do pagamento de indenização correspondente a um salário mínimo vigente.</p> <p>(C) implicará em redução de 50% do respectivo adicional noturno.</p> <p>(D) não implicará na perda do direito ao adicional noturno uma vez que a transferência de Mário ocorreu a sua revelia.</p> <p>(E) implicará na perda do direito ao adicional noturno.</p>	<p>47. Considere as seguintes assertivas a respeito dos atos e prazos processuais:</p> <p>I. A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz.</p> <p>II. Tratando-se de notificação postal, no caso de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 5 dias, ao Tribunal de origem.</p> <p>III. Em regra, os prazos processuais são contínuos e irrelevantes, correndo ininterruptamente.</p> <p>IV. Os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, sendo que os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho é correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>45. O adicional de insalubridade integrará a remuneração do empregado para o cálculo</p> <p>(A) das férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS, independentemente de ser pago com habitualidade.</p> <p>(B) das férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS, desde que pagos com habitualidade.</p> <p>(C) das férias, 13º salário, aviso prévio e DSR'S, independentemente de ser pago com habitualidade.</p> <p>(D) das férias, 13º salário, aviso prévio e DSR'S, desde que pagos com habitualidade.</p> <p>(E) apenas do 13º salário e do aviso prévio, desde que pagos com habitualidade.</p>	<p>48. Nos dissídios individuais, quando ocorrer a extinção do processo sem julgamento do mérito</p> <p>(A) haverá isenção do pagamento de custas em razão da não apreciação do mérito da demanda.</p> <p>(B) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% e serão calculadas sobre o valor da causa.</p> <p>(C) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas sobre o valor da causa.</p> <p>(D) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% e serão calculadas sobre o valor estimado da condenação da demanda.</p> <p>(E) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas sobre o valor fixado pelo juiz, respeitando o mínimo legal.</p>
<p>46. Considere as seguintes assertivas a respeito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:</p> <p>I. O FGTS será regido segundo as determinações do Conselho Curador, integrado por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e órgão e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.</p> <p>II. O FGTS incidirá sobre a ajuda de custo, comissões, gorjetas, gratificações e nas diárias de viagem que não excedam 50% do salário.</p> <p>III. Em regra, são contribuintes do FGTS o empregador seja pessoa física ou jurídica, de direito privado ou público, da administração direta, indireta ou fundacional que admitir trabalhadores regidos pela CLT a seu serviço.</p> <p>IV. Integra a base de cálculo para incidência dos depósitos do FGTS o vale transporte fornecido pelo empregador, havendo dispositivo legal expresso neste sentido.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>49. De acordo com provimento 01/2006 do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, considera-se com pendências o arquivamento</p> <p>(A) de processo sem movimentação processual por mais de 01 ano, em virtude de impossibilidade de execução da sentença por ausência de indicação de bens para sua garantia.</p> <p>(B) de processo sem movimentação processual por mais de 01 ano, em virtude de impossibilidade de liquidação da sentença por ausência de interesse da parte autora.</p> <p>(C) de processo sem movimentação processual por mais de 02 anos, em virtude de impossibilidade de execução da sentença por ausência de nomeação de bens para sua garantia.</p> <p>(D) dos autos que retornarem do arquivamento provisório após um ano e intimada a parte interessada esta não se manifestar requerendo prosseguimento do feito.</p> <p>(E) de processo sem movimentação processual por mais de 2 anos, em virtude de pendência que impossibilite o arquivamento definitivo, inclusive na hipótese de estar o feito dependendo da solução de outro processo.</p>

<p>50. De acordo com o Provimento 01/2006, com alteração do provimento 02/2007 do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, na hipótese de o Juiz imprimir efeito modificativo à sentença de liquidação de cálculos embargada,</p> <p>(A) será obrigatoriamente aberto vista dos autos as partes para que apresentem novos cálculos no prazo sucessivo de 15 dias.</p> <p>(B) os autos serão encaminhados à Contadoria, a fim de que, no prazo de cinco dias, proceda à devida adequação dos cálculos.</p> <p>(C) será obrigatoriamente aberto vista dos autos as partes para que apresentem novos cálculos no prazo sucessivo de 5 dias.</p> <p>(D) os autos serão encaminhados à Contadoria, a fim de que, no prazo de dois dias, proceda à devida adequação dos cálculos.</p> <p>(E) os autos serão encaminhados à Contadoria, a fim de que, no prazo de dez dias, proceda à devida adequação dos cálculos.</p>	<p>53. Das decisões definitivas dos Tribunais Regionais do Trabalho em processos de sua competência originária em dissídios coletivos e das decisões de indeferimento da petição inicial, caberá</p> <p>(A) recurso ordinário no prazo de 8 dias.</p> <p>(B) recurso de revista e recurso ordinário, respectivamente, no prazo de 15 e 8 dias</p> <p>(C) recurso de revista e recurso ordinário, respectivamente, no prazo de 8 dias.</p> <p>(D) recurso ordinário e agravo de petição, respectivamente, no prazo de 8 dias.</p> <p>(E) embargos e recurso ordinário, respectivamente, no prazo de 15 e 8 dias.</p>
<p>51. Considere as seguintes assertivas a respeito das nulidades:</p> <p>I. Em regra, as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argüi-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.</p> <p>II. A nulidade fundada em incompetência de foro deverá ser declarada <i>ex officio</i> e, nesse caso, serão considerados nulos os atos decisórios.</p> <p>III. A nulidade deverá ser pronunciada, inclusive quando argüida por quem lhe tiver dado causa.</p> <p>IV. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>54. O art. 5º, XXXVII da Constituição Federal dispõe que “não haverá juízo ou tribunal de exceção”. Esse dispositivo consagra, em relação à jurisdição, o princípio</p> <p>(A) da especialização.</p> <p>(B) da improrrogabilidade da jurisdição.</p> <p>(C) da indeclinabilidade da jurisdição.</p> <p>(D) do juiz natural.</p> <p>(E) da indelegabilidade da jurisdição.</p> <p>55. É totalmente correto afirmar que o direito de ação é um direito</p> <p>(A) subjetivo, privado, autônomo e concreto.</p> <p>(B) subjetivo, público, autônomo e abstrato.</p> <p>(C) objetivo, público e vinculado ao resultado do processo.</p> <p>(D) objetivo, privado e vinculado ao resultado do processo.</p> <p>(E) objetivo, privado, concreto e abstrato.</p>
<p>52. Com relação às exceções é correto afirmar:</p> <p>(A) Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou Tribunal designará audiência dentro de 10 dias, para instrução e julgamento da exceção.</p> <p>(B) Em regra, das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, caberá recurso, que deverá ser interposto no prazo de 5 dias.</p> <p>(C) Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 5 dias improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.</p> <p>(D) O juiz é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, quando tiver parentesco por consanguinidade ou afinidade até o quarto grau civil à pessoa dos litigantes.</p> <p>(E) Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.</p>	<p>56. Paulo ajuizou ação de cobrança de honorários médicos contra João, no valor de R\$ 30.000,00, tendo a ação sido distribuída à 2ª Vara da Comarca. João ajuizou ação da cobrança de aluguéis contra Paulo, no valor de R\$ 40.000,00, tendo a ação sido distribuída à 3ª Vara da Comarca. Nesse caso,</p> <p>(A) não há conexão, nem continência, porque, embora as partes sejam as mesmas, a causa de pedir é diversa.</p> <p>(B) há conexão, porque as partes são as mesmas e lhes é comum o objeto das ações.</p> <p>(C) há continência, porque as partes são as mesmas e o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra.</p> <p>(D) há conexão, porque as partes são as mesmas e lhes é comum a causa de pedir.</p> <p>(E) há continência, porque há identidade de partes e de objeto, sendo que a causa de pedir de uma abrange a da outra.</p>

57. Numa ação ordinária, no prazo fixado pelo juiz, o réu apresentou o seu rol com duas testemunhas. Na véspera da audiência, formulou pedido para inclusão de mais uma testemunha. Esse pedido foi indeferido, por ter ocorrido a

(A) preclusão lógica.  
 (B) coisa julgada formal.  
 (C) preclusão temporal.  
 (D) coisa julgada material.  
 (E) preclusão consumativa.

58. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito,

(A) desde logo a indeferirá, mencionando os fundamentos de fato e de direito que motivaram essa decisão.  
 (B) determinará que o autor a emende ou a complete no prazo de dez dias.  
 (C) ordenará a devolução desta ao advogado do autor para elaborar outra petição inicial que atenda aos requisitos legais.  
 (D) determinará a citação do réu, para responder aos termos da ação, no prazo legal.  
 (E) a adequará aos requisitos legais, corrigirá os defeitos e irregularidades, e determinará a citação do réu.

59. João ajuizou ação de cobrança contra José, por danos causados em seu veículo. Essa ação foi julgada improcedente, por sentença da qual ainda cabe recurso. Entrementes, João ajuizou nova ação de cobrança contra José, pelos mesmos danos causados em seu veículo. Nesse caso, José deverá

(A) argüir incompetência absoluta em preliminar da contestação.  
 (B) opor exceção de coisa julgada formal.  
 (C) opor exceção de coisa julgada material.  
 (D) argüir litispendência em preliminar da contestação  
 (E) opor exceção de incompetência.

60. A respeito dos recursos, considere:

I. O terceiro prejudicado, mesmo não sendo parte na lide, pode recorrer da sentença, demonstrando nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.  
 II. O Ministério Público só tem legitimidade para recorrer nos processos em que for parte.  
 III. O recorrente só poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido e dos litisconsortes.  
 IV. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da parte contrária.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.  
 (B) I, III e IV.  
 (C) I e IV.  
 (D) II e III.  
 (E) II e IV.